

“A Contabilidade Criativa e a Gestão de Resultados”

Dr. Mário José Macedo Marques*

A contabilidade criativa e a gestão de resultados transformaram-se, essencialmente na última década, num dos fenómenos mais e melhor documentados tanto em publicações académicas, como na imprensa financeira¹.

A gestão de resultados (GR) ocorre quando a gestão utiliza o conhecimento que tem acerca das demonstrações financeiras e das operações estruturantes da empresa para modificar a informação financeira produzida, com o objectivo de influenciar as decisões de determinados *stakeholders* (Healy e Whalen, 1999).

O estudo e discussão desta temática tem permitido, por um lado, identificar e analisar os diversos incentivos à GR e, por outro, advertir governos e organismos normalizadores para esta realidade e para a necessidade de desenvolver normativos que mitiguem estas práticas.

A GR é possível, em grande parte, por causa da flexibilidade do próprio normativo contabilístico e concretamente pela (a) possibilidade de adopção de diferentes critérios e políticas contabilísticas, (b) frequente necessidade de elaboração de estimativas e (c) possibilidade de determinadas transacções serem realizadas de forma a dar a imagem pretendida.

A identificação dos incentivos à GR tem sido feita tendo por base, principalmente, a realidade económico-empresarial dos países anglo-saxónicos. No contexto destes países são referidos como principais incentivos o mercado de capitais, os planos de compensação dos gestores, os convénios de dívida e os custos políticos.

Todavia, estes incentivos não são os que estão na origem do desenvolvimento de práticas de GR noutros contextos empresariais (v.g. pequenas empresas e sistemas onde a contabilidade e fiscalidade estão estreitamente interligadas) e económicos (v.g. países em desenvolvimento). Tem surgido, por isso, nos últimos anos um crescente número de publicações que analisam este fenómeno nestes contextos. Os estudos desenvolvidos em Espanha, Grécia e França referem a poupança fiscal e a manutenção da principal fonte de financiamento das empresas como os incentivos mais determinantes.

Em Portugal, nos últimos anos, este assunto tem sido objecto de alguns estudos, nomeadamente o de Moreira (2006). Nesta investigação o autor identificou os dois principais

¹ Para muitos autores os dois conceitos referem-se ao mesmo fenómeno, pelo que este será o entendimento adoptado no presente artigo.

incentivos à GR que se apresentam às estruturas predominantes no tecido empresarial português, as pequenas empresas. Assim, o primeiro incentivo está relacionado com a diminuição do imposto sobre o rendimento através da manipulação no sentido descendente, o segundo decorre da dependência destas empresas relativamente ao sistema bancário. Perante esta realidade as empresas tenderão a manipular os seus resultados no sentido ascendente de forma a criar uma percepção de risco mais baixo. O autor concluiu que as empresas com maior necessidade de financiamento externo tenderão a gerir os seus resultados adoptando medidas que os aumentem, ao passo que as empresas com menor necessidade de financiamento tenderão a centrar a atenção na minimização da factura fiscal.

É importante ainda notar que, salvo raras excepções, os efeitos da GR são reversíveis, isto é, quando uma empresa manipula o nível de resultados num determinado exercício, por via de decisões reais ou de natureza financeira, verifica-se sempre uma variação em sentido inverso nos resultados em exercícios futuros.

Pelo exposto conclui-se que a GR é um fenómeno transversal dado que surge em todos os sistemas contabilísticos com os mais diversos contornos, divergindo as circunstâncias concretas que incentivam o desenvolvimento de tais práticas.

BIBLIOGRAFIA

HEALY, P. E WAHLEN, J. (1999): “A review of the earnings management literature and its implications standards settings”, *Accounting Horizons*, vol. 13, n. 4, pp. 365-383.

MOREIRA, J. (2006): “Earnings management to avoid losses: Evidence for portuguese private firms”, Working Paper, Faculdade de Economia, UP, Junho.

*Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade do Minho e aluno do Mestrado em Contabilidade e Auditoria na mesma Universidade